

Comissão ouve hoje o novo depoimento de José Carlos

Uma diligência comandada pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) vai ouvir hoje as novas revelações que o ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos, prometeu à CPI do Orçamento. Os deputados Nélson Trad (PTB-MS) e Lázaro Barbosa (PMDB-GO) acompanharão o senador na inquirição ao economista, a partir das 11h, na Polícia Federal.

A CPI espera que José Carlos explique como as verbas das subvenções sociais eram distribuídas entre as entidades determinadas pelos parlamentares que formavam o núcleo de poder da Comissão de Orçamento. O economista enviou uma carta à CPI na última quinta-feira, pedindo para depor.

O senador Garibaldi, que coordena a subcomissão de emendas, acha que, apesar de já ter sido ouvido em plenário, José Carlos deve depor novamente. "Precisamos verificar essas informações novas que ele diz ter", comentou. Outros parlamentares que integram a CPI concordam. Eles não acreditam que José Carlos tenha grandes revelações a fazer, mas defendem o novo depoimento para evitar reclamações de que a CPI não apurou os fatos como deveria.

Aval de Collor — O ex-secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, atribuiu ao comando da Comissão de Orçamento a iniciativa do acerto feito para a inclusão prévia de emendas no Orçamento de 1992. Em fax en-

viado de Washington, onde mora, Parente afirma à CPI ter recebido aval do ex-presidente Fernando Collor e do ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, para levar adiante o acordo, feito no apartamento do então relator do Orçamento, deputado João Alves (sem partido-BA), em agosto de 1991. Embora negado por todos os parlamentares que depuseram na CPI do Orçamento, o acerto é considerado "um fato comprovado" pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE).

Parente contou à CPI ter sido procurado por José Carlos Alves dos Santos — então subordinado a ele no Departamento de Orçamento da União (DOU) — com uma proposta da Comissão de Orçamento. Dirigentes teriam se oferecido para manter quase intacta a proposta do Governo, em troca da inclusão prévia de emendas para o Orçamento de 1992.

Uma reunião na casa de João Alves, relatada à CPI por Santos, selou o acordo. Segundo Parente, o diretor do DOU cuidaria dos projetos a serem incluídos no Orçamento "por se tratar de assunto de natureza operacional". Apesar de feito fora das dependências do Congresso, Parente insistiu que o acordo teve caráter institucional: "Os entendimentos não foram realizados com o grupo dos sete anos". O ex-secretário garantiu não ter discutido rateio de verbas nem ter tirado qualquer proveito pessoal ou financeiro do acerto.